

Rolagem da dívida pública próxima de acordo

27 NOV 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — Até o final da tarde de ontem os poderes Executivo e Legislativo haviam definido duas alternativas para atender parcialmente às reivindicações dos governadores quanto à rolagem das dívidas estaduais e municipais. A primeira é a revisão da meta de 0,07% de superávit orçamentário para um déficit um pouco acima de zero por cento nas contas públicas em 89; a segunda prevê pesados cortes de subsídios, na proporção dos Czs 480 bilhões em dívidas cuja rolagem é reivindicada pelos governadores. Em nome do presidente José Sarney, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, debateu o assunto ontem durante três horas, em sua residência, com o presidente e o relator-geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e senador Almir Gabriel (PMDB-PA), respectivamente, o líder do PMDB na Câmara deputado Ibsen Pinheiro (RS), e com um dos sub-relatores da Comissão de Orçamento, deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA).

Depois da reunião, o relato dos parlamentares e do ministro Costa Couto indicava a programação de um déficit aliado a cortes moderados de subsídios em 89 como a saída mais provável para um acordo, que os parlamentares condicionaram ainda à realocação de recursos não especificados do orçamento geral da União, para setores sociais (educação e transportes, entre outros).

Depois da reunião com Costa Couto, os parlamentares almoçaram com o presidente do

PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, a quem relataram os avanços na direção de um acordo entre Congresso, governadores e União. Costa Couto permaneceu em sua residência, estudando as alternativas com técnicos do Ministério do Planejamento e do Senado. No final da tarde, os ministros Costa Couto, Mailson da Nobrega (Fazenda) e João Batista Abreu (Planejamento) dirigiram-se ao Palácio da Alvorada para definir uma posição final com o presidente José Sarney. Ao mesmo tempo o deputado Cid Carvalho e o senador Almir Gabriel relatavam as negociações aos membros da Comissão de Orçamento em sessão aberta às 18 horas na Câmara dos deputados.

Costa Couto e os parlamentares do PMDB comprometeram-se a firmar um acordo final, com a concordância dos governadores, consultados diversas vezes durante as reuniões de ontem, em novo encontro iniciado à noite. Segundo o deputado Ibsen Pinheiro, o acordo deverá assegurar a manutenção de um duplo objetivo: permitir a rolagem das dívidas estaduais sem ferir as metas de austeridade do governo federal. Costa Couto, por sua vez, assegurou que os parlamentares assumiram "enfaticamente" o compromisso de que o Congresso não vai contribuir para a exacerbção do déficit público e da inflação. Cid Carvalho não confirmou inteiramente a declaração do ministro: "Cada um de nós, União, governadores e Congresso, aceitou recuar um pouco em suas pretensões originais", informou.